

5. TEMA 2 - DEFESA E RELAÇÕES EXTERIORES - ASSENTAMENTOS (Material produzido por Gabriela Korman Revisão: Gabriel Fuhr)

Nessa contextualização a respeito da temática dos assentamentos, abordaremos assuntos centrais para o entendimento de tal tema. Consideramos como fundamentais para a compreensão do assunto os seguintes eventos/processos históricos: a partilha da ONU de 1947, a Guerra de Independência de Israel/Nakba (“*catástrofe*”, em árabe), a Guerra dos Seis Dias em 1967 e os acordos de Oslo. Apesar de tal escolha didática, é fundamental que os alunos se aprofundem nesses processos históricos, também buscando por conta própria uma ampliação de seus conhecimentos por outras fontes.

A Partilha da ONU (1947)

Em 29 de novembro de 1947, a recentemente criada Organização das Nações Unidas (ONU) aprova, por meio da Resolução 181, o Plano de Partilha da Palestina. Nesse plano, dividiu-se uma parte dos territórios do Mandato Britânico na Palestina em dois Estados: um árabe e outro judeu. Na sessão que realizou a aprovação da resolução 181, 56 dos membros da ONU estavam presentes (ausentando-se a Tailândia); desses, 33 foram a favor do plano, 13 contrários e 10 abstiveram-se. Na época, quem presidiu a sessão de votação foi o brasileiro Osvaldo Aranha. Na partilha, Israel ficaria com 56% do território (em verde no mapa), os árabes com 42% (em vermelho) e outros 2% - Jerusalém e Belém - iriam ficar sobre o controle internacional.

A Agência Judaica aceitou o plano de partição, apesar de insatisfeita com a divisão e certas restrições migratórias impostas pela ONU. A liderança árabe da Palestina e os países árabes não aceitaram a decisão da ONU, alegando que essa feria a autonomia dos povos da região e beneficiava a uma minoria.

A Guerra de Independência de Israel ou Nakba - catástrofe - (1948-49)

No dia 14 de maio de 1948, foi declarada a independência do Estado de Israel. No dia seguinte, os países árabes Egito, Síria, Jordânia, Arábia Saudita e Líbano invadiram o recém-criado Estado Judeu. Israel, apesar de não ser um Estado completamente organizado, já contava com grupos paramilitares treinados (Irgun, Haganá, Palmach, etc.) e certa inteligência militar já efetivada. Durante a guerra ocorreram longos períodos de cessar fogo e de confrontos. Em 1949 termina a guerra, com Israel tendo sido vitorioso e conquistando cerca de 6500 km² a mais que o Plano da Partilha estipulara. Assim, foi assinado um armistício árabe-israelense que definiu as fronteiras temporárias do Estado de Israel com os países árabes vizinhos até 1967, servindo como uma zona neutra. A essa definição fronteiriça temporária deu-se o nome de Linha Verde (devido ao uso de tinta verde para traçar a linha no mapa durante as negociações para o armistício).

Durante a guerra, cerca de 700 mil palestinos deixaram as fronteiras do Estado de Israel virando refugiados (desse “êxodo” vem a ideia da denominação Nakba, catástrofe). Levando em conta essa narrativa de êxodo palestina, fica ressaltado o papel ativo que o governo de Israel assumiu na expulsão/fuga e remoção de milhares de vilarejos palestinos dentro das fronteiras de Israel. Quanto à narrativa israelense, é dito que os palestinos teriam se retirado devido a um chamamento por parte dos países árabes, ou mesmo com medo do conflito que estava por vir.

A Guerra dos Seis Dias (1967)

A Guerra dos Seis Dias foi o 3º conflito armado árabe-israelense. Esse conflito tem uma dimensão histórica de importância fundamental para entender os impasses atuais nas questões dos refugiados palestinos e dos assentamentos. Ocorrido em 1967, entre Israel e os países árabes (Egito, Jordânia, Síria e Líbano com o apoio do Iraque, Arábia Saudita, Kuwait,

Argélia e apoio indireto - pelo fornecimento de armamentos - da União Soviética), o conflito leva esse nome pois, mesmo devido ao risco de uma derrota israelense iminente, em seis dias alterou-se o rumo da guerra. Israel conseguiu uma vitória maiúscula nesse conflito bélico, conquistando diversos territórios árabes, ultrapassando a Linha Verde (definida no armistício de 1949) e ocupando/anexando diversos territórios ao Estado de Israel. Entre esses territórios encontram-se: Colinas do Golan, Jerusalém Oriental (cidade velha), Cisjordânia e o Sinai (que depois seria devolvido ao Egito nos acordos de Camp David, em 1979). Ao fim do conflito, Israel havia triplicado o tamanho de seu território. A partir de tais conquistas começam as construções de assentamentos e moradias de colonos israelenses nas zonas ocupadas desse conflito, principalmente na região da Cisjordânia (temática da Mini Knesset). Além dessas consequências, estima-se que, durante a guerra, mais de 300 mil palestinos tenham deixado suas moradias tornando-se refugiados.

Com o fim da guerra, ocorrem alguns acontecimentos que se tornam fundamentais para um entendimento mais claro dos impasses anteriormente citados.

A OLP, Organização para Libertação da Palestina, grupo paramilitar considerado terrorista por Israel e EUA, que lutava pelo estabelecimento do Estado Palestino, fortalece sua posição perante a ideia de um Estado Palestino e a ocupação de Israel de territórios destinados anteriormente a esse fim.

A resolução 242 da ONU, medida tomada pela Organização em 22 de novembro de 1967, logo após o fim do conflito, previa a retirada de Israel dos territórios ocupados. Além disso, é previsto nesta resolução que se chegue a um desfecho justo para a questão dos refugiados palestinos.

Os acordos de Oslo

Os acordos de Oslo foram os primeiros acordos de paz decorrentes de uma negociação direta entre o governo de Israel e a OLP. As negociações para o acordo iniciaram-se secretamente em Oslo, na Noruega, e daí a denominação do acordo. Os objetivos de tais acordos eram, obviamente, buscar a paz no Oriente Médio, assim como servir de guia para as futuras relações entre Israel e os representantes do povo palestino. Em setembro de 1973, Yitzhak Rabin, o então primeiro-ministro de Israel, e Yasser Arafat, presidente da OLP, assinam publicamente, em uma cerimônia em Washington com a presença do então presidente americano Bill Clinton, os Acordos de Oslo.

Entre os compromissos firmados no acordo, estavam: a) o reconhecimento do direito à existência de Israel; b) o reconhecimento da OLP como interlocutora política legítima do povo palestino; c) a gradativa desocupação de territórios palestinos por parte de Israel conjuntamente com o aumento da autonomia palestina sobre esses territórios; d) a abertura das negociações sobre o status de Jerusalém, a questão dos refugiados palestinos e os assentamentos judaicos em terras ocupadas.

Nesse acordo também são estipuladas as divisões das terras palestinas em três tipos:

A - Área que correspondia 17,2% do total dos territórios e teria controle total por parte dos palestinos.

B - Área que correspondia 22,8% do território total e teria controle civil por parte palestina, mas a segurança por parte de Israel.

C - Área que correspondia 60% do território total e seria inteiro controle de Israel. Nessa área localizavam-se os assentamentos, grande parte das rodovias, e áreas estratégicas denominadas "Zonas de Segurança".

É importante ressaltar que, apesar de os acordos não terem trazido paz para a região, e terem sido descumpridos por ambas as partes, eles foram um importante acontecimento histórico na direção de uma possível construção de paz e justiça na região.

“Os assentamentos israelenses nos Territórios Palestinos Ocupados, incluindo Jerusalém Oriental, são ilegais e constituem um obstáculo para a paz e o desenvolvimento social e econômico da região (...) e foram estabelecidos contra as leis internacionais.”

Corte Internacional de Justiça - 09/07/2004

O que são assentamentos

Assentamentos são colônias residenciais, industriais e rurais construídas em terra anexada/ocupada com a aprovação e suporte direto ou indireto do governo israelense (OCHA, 2007). Eles são criados pelo Estado de Israel e protegidos pelo exército israelense e, em alguns casos, por colonos civis armados. Eles podem ser localizados por todo o território da Cisjordânia, muitas vezes no topo de morros e em terras férteis elevadas e rodeadas por barreiras de segurança, incluindo o Muro de Separação/Cerca de Segurança. Eles variam de tipo, desde Ma'ale Adumim, em Jerusalém Oriental, uma cidade com 30 mil habitantes, até Hebron, assentamento encravado no coração da Cisjordânia onde 800 colonos vivem com proteção militar israelense. Kfar Etzion, o primeiro assentamento, foi estabelecido logo após a Guerra dos Seis Dias, em 1967. Hoje, 63% da Cisjordânia é dominada pelos assentamentos.

Foi o Partido Trabalhista (Avoda) - seu antecessor, o Mapai, para sermos mais precisos - que definiu a visão de política externa nacional que enxerga as fronteiras estabelecidas no Acordo do Armistício de 1949 como incapazes de garantir a existência segura do país. Mais ainda, foi sob a liderança trabalhista que Israel ocupou a Cisjordânia durante a Guerra dos Seis Dias, em junho de 1967, e deu início ao projeto dos assentamentos, a partir da década seguinte.

Como defendeu Yigal Allon em seu artigo na revista *Foreign Policy*, a opinião dominante na década de 1970 era de que, ainda que Israel não tivesse objetivos expansionistas *per se*, o país deveria buscar fronteiras defensáveis. Ministro das Relações Exteriores quando o artigo foi publicado, Allon menciona o debate acerca da Resolução 242 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de 1967, que se tornou um clássico ponto de discordância sobre o tema da ocupação. O autor alega que o fraseamento adotado na versão final da resolução, exigindo a “retirada das forças armadas israelenses de territórios ocupados no recente conflito”, sem indicar se todos os territórios, ou sequer de quais territórios, Israel deveria retirar-se, é o reconhecimento internacional de que as linhas de 1949, que nunca foram traçadas para serem definitivas, exigem ajustes em um acerto justo e definitivo a ser alcançado entre as partes.

Os assentamentos estão localizados em Jerusalém Oriental e na Cisjordânia. Em agosto de 2005, 17 assentamentos em Gaza e 4 no noroeste de Samaria na Cisjordânia foram evacuados seguindo o plano de desconexão unilateral (estabelecido através de uma votação na Knesset e sem assinatura de acordo ou tratado com representantes árabes) de territórios comandado por Ariel Sharon, então primeiro-ministro.

Há uma estimativa de 547.000 colonos na Cisjordânia. Este valor é derivado de duas fontes: de acordo com dados fornecidos pelo Departamento Central de Estatísticas de Israel (CBS), no final de 2013, 350,010 pessoas viviam nos assentamentos da Cisjordânia, excluindo Jerusalém Oriental. De acordo com dados fornecidos pelo Instituto Jerusalém para Estudos de Israel, a população dos bairros israelenses em Jerusalém Oriental somava 196,890 pessoas no final de 2012.

“As políticas e práticas de Israel ao estabelecer assentamentos nos territórios palestinos ocupados desde 1967 não tem validade legal e constituem um sério obstáculo para atingir uma compreensiva, justa e duradoura paz no Oriente Médio”

Resolução 446 (1979) do Conselho de Segurança da ONU

Aos assentamentos Ma'ale Adumim, Beitar Illit, Modi'in Illit e Ariel foi concedido o status de cidade. O Estado de Israel identifica essas áreas como “blocos de assentamento”, o que dá aval para a expansão populacional desses locais.

Além disso, Ma'ale Adumim faz parte de um círculo de expansão ao redor de Jerusalém, cortando Jerusalém Oriental da Cisjordânia e efetivamente dividindo a Cisjordânia ao meio. Isso criou um obstáculo entre Belém e Ramallah, duas das maiores e mais importantes cidades palestinas.




Para a população se realocar nos assentamentos, o governo oferece incentivo como aluguel e hipotecas mais baratas e impostos mais baixos.

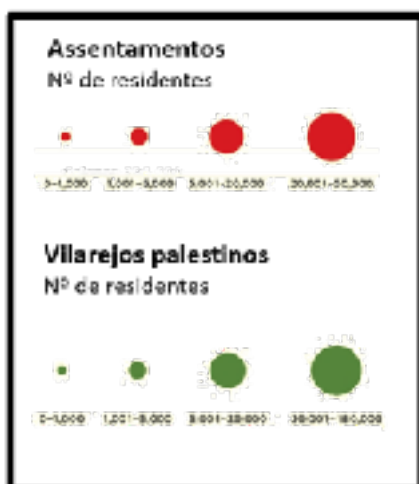
Além dos assentamentos, existem em torno de 100 “outposts”, assentamentos que surgem fora de assentamentos, como um “puxadinho” de uma casa, e, em muitos casos, servem como primeiro passo para estabelecer novos assentamentos.

Os colonos têm à disposição mais de 400 km de rodovias modernas dentro da Cisjordânia, pontes e estradas que cortam cidades e vilarejos palestinos. Essas rodovias conectam os assentamentos às cidades dentro de Israel, pois aos colonos são garantidos todos os direitos de qualquer cidadão israelense. Os palestinos não podem subir nestes ônibus. Para se transportar pela Cisjordânia, os palestinos têm de passar por um dos 561 checkpoints, o que dificulta seu direito de ir e vir livremente no seu território.

Quanto a violência, a média de crimes contra os membros dos assentamentos nos últimos cinco anos é de apenas 4,8 por ano, o que significa que os territórios ocupados são mais seguros, para os colonos, do que as cidades de Nova York, Cidade do México ou Bogotá para seus moradores. Se levarmos em conta que o total de colonos na Cisjordânia é de cerca de 350.000 (excluindo Jerusalém Oriental), e o de palestinos, 2,7 milhões, não há margem a dúvidas: trata-se de um dos lugares menos violentos do mundo, apesar dos tiroteios, demolições, ações terroristas e distúrbios relatados pela imprensa.

Os assentamentos, outposts, checkpoints e as estradas bloqueadas, além do Muro de Separação/Cerca de Segurança são partes integrantes do funcionamento do sistema israelense, que, pouco a pouco, transformam a demografia da Cisjordânia.

-  Linha verde (fronteiras temporárias de 1967)
-  Barreira de separação (completa)
-  Barreira de separação (planejada)

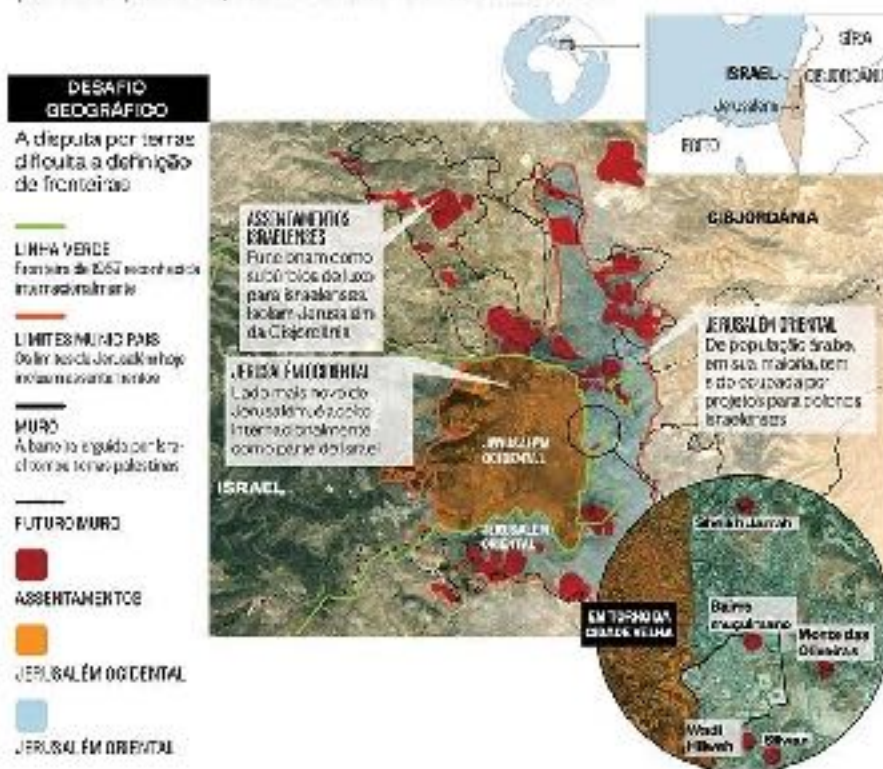


Jerusalém Oriental

A divisão de Jerusalém é uma das questões centrais para as negociações de paz entre palestinos e israelenses, retomadas em junho de 2013. Israel anexou o lado leste da cidade, de maioria palestina, em 1967, na Guerra dos Seis Dias. Seu domínio, no entanto, nunca foi reconhecido pela comunidade internacional, atualmente sendo reconhecida pela Austrália. A posição oficial do governo israelense é de que dividir Jerusalém não está em cogitação. “A cidade nunca será dividida”, disse em entrevista o Ministro das Finanças israelense e um dos líderes da coalizão governista, Yair Lapid, em maio de 2013.

Um mapa em construção

A região dentro e em torno da Jerusalém disputada como capital por Israel e palestinos, à foz de transição entre as comunidades



Hoje, quase 40% da população de Jerusalém é palestina. Seu status de residência é determinado por uma identidade especial: não são considerados cidadãos de Israel, mas **r e s i d e n t e s** permanentes e por conta disso, estão submetidos a leis específicas. Uma das regras mais questionadas pela população local dispõe sobre a perda da cidadania caso um palestino deixe Jerusalém por mais de sete anos. Ainda que

sua família permaneça na cidade, ele perde seu status de residente permanente e não poderá mais morar lá. Desde 1967, mais de 14 mil palestinos *jerusalemitas* perderam o direito de retornar a sua cidade natal.

Além da regulação específica, bairros palestinos em Jerusalém tem se tornado alvo constante da atividade - e violência - de colonos israelenses. É o caso de Sheikh Jarrah, ao norte da Cidade Velha. A área tem uma história peculiar. Em 1956, o governo jordânico, então detentor do controle sobre Jerusalém Oriental, e as Nações Unidas, escolheram o bairro para construir 28 casas para refugiados palestinos da guerra de 1948. As famílias foram sorteadas, alojadas ali e receberam a documentação de proprietários após alguns anos pagando aluguéis simbólicos. Quando o lado leste de Jerusalém foi tomado por Israel, em 1967, a área passou a ser reclamada por colonos israelenses. Muitos entraram na justiça, questionando os papéis de propriedade detidos pelos moradores palestinos. As casas passaram a ser disputadas nos tribunais. A situação se agravou a partir dos anos 2000, quando colonos começaram a se mudar em números expressivos para o bairro e ganhar casos na Suprema Corte de Israel, apoiados pelo governo.

Assim como Sheikh Jarrah, no bairro de Silwan, a sudeste da Cidade Velha, dezenas de famílias enfrentam a insegurança jurídica em relação a suas casas. Na área vivem 45 mil palestinos e cerca de 500 colonos israelenses. Além das casas desalojadas por conta de

escavações arqueológicas conduzidas na região, uma das mais antigas de Jerusalém, moradores tiveram casas tomadas com base em leis que remontam à guerra de 1948. Hoje, 88 edifícios encontram-se sob risco de demolição, sob ordem da prefeitura de Jerusalém, o que desalojaria cerca de 114 famílias.

Outros tantos bairros que cercam a Cidade Velha, como Monte das Oliveiras, A Suwane e Musrara têm sido alvo de políticas semelhantes por parte de organizações de colonos e da prefeitura de Jerusalém.

Os colonos que vivem nas casas não dão declarações sobre a situação. Organizados, têm como porta-voz Yonatan Yosef, 33 anos, neto de Ovadia Yosef, rabino e líder espiritual do partido religioso Shas, morto em outubro de 2013. Ele vive há 10 anos em Sheikh Jarrah e diz que hoje cerca de 20 famílias israelenses vivem ali. “Nós temos o direito de viver aqui. Os árabes não têm uma caverna como essa, que está aqui há mais de 2300 anos”, diz, apontando para a tumba de Shimon Hatzadik, monumento sagrado para o judaísmo, localizado no coração do bairro. “Você cava em Jerusalém e encontra símbolos do judaísmo por todo lugar. Eles não têm o direito de falar para dividir nossa terra. Perderam a guerra e agora querem as casas de volta?”

Construção de novos assentamentos

Em fevereiro de 2016, planejadores israelenses deram a aprovação final para 558 novos apartamentos em bairros de Jerusalém para além da Linha Verde. De acordo com o Comitê Municipal de Jerusalém para Planejamento e Construção, 389 unidades foram aprovadas em Har Homa, 136 em Neve Yaakov e 36 em Pisgat Zeev, todas além da Linha Verde. De acordo com o comitê, estes são planos que foram aprovados anos antes.

Em junho do mesmo ano, o Ministério da Habitação anunciou 1.500 novas unidades habitacionais na Cisjordânia e em Jerusalém Oriental, um movimento comandado pelo ministro Uri Ariel como uma resposta ao novo governo palestino formado por Fatah e Hamas. De acordo com o anúncio, serão construídos 223 apartamentos novos em Efrat, 484 casas em Beitar Ilit, 38 unidades em Geva Binyamin (Adam), 76 em Ariel, 78 em Alfei Menashe, 155 em Givat Ze'ev, 55 em Agan Ha'ayalot e 400 novas unidades no bairro de Ramat Shlomo em Jerusalém Oriental.

O novo plano apela para o avanço dos processos de planejamento em vários estágios. Estão em processo intermediário de construção 550 unidades em Bruchin, 381 em Givat Ze'ev, 40 em El Matan, 38 em Kochav Ya'akov, 25 em Alfei Menasheh, 54 em Tzofit e 10 em Oranit.

Em negociações de paz, Israel demanda que seja feito o mínimo possível de remoções, e que os assentamentos com maior contingente populacional se mantenham parte do Estado de Israel. Por outro lado, os palestinos demandam autonomia sobre suas terras e troca de qualidade de terras por assentamentos anexados, além da livre circulação de pessoas entre os centros urbanos de um futuro estado Palestino, sem territórios Israelenses no meio.

Entretanto, a cada construção de um novo assentamento, é mais difícil que se criem condições de negociação para a paz. A expansão dos assentamentos ameaça a possibilidade da existência de um futuro estado Palestino, aumenta cada vez mais o número de pessoas que precisarão futuramente ser evacuadas da Cisjordânia e gera desconfiança na sinceridade de Israel em propor uma real negociação.

Atualidades

Em 23 de dezembro de 2016, foi aprovada a resolução 2334 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que define como ilegais os assentamentos israelenses em território palestino. A publicação da ONU só foi possível devido a uma histórica abstenção por parte dos Estados Unidos, que em outras ocasiões vetara resoluções de caráter semelhante que criticavam as

políticas internacionais israelenses. Na avaliação da correspondente da BBC em Israel, Barbara Plett, a decisão reflete um consenso internacional de que o crescimento dos assentamentos de Israel se tornou uma ameaça à viabilidade de um Estado palestino em um eventual acordo de paz no futuro. O texto afirma que os assentamentos são “uma flagrante violação do direito internacional e um grande obstáculo para a concretização da solução de dois Estados e de uma paz justa, duradoura e abrangente”. A resolução também condena todos atos de violências contra civis, incluindo terrorismo, provocações e destruição. Ela reitera o suporte a solução de dois estados e observa que a implementação de assentamentos está “ameaçando” sua viabilidade. O texto também solicita a todos estados “que distingam, em todas relações relevantes, entre o território do Estado de Israel e territórios ocupados desde 1967”. O primeiro ministro Benjamin Netanyahu reagiu afirmando que não iria tolerar os termos da decisão, e classificou a posição da ONU como “anti-Israel”.

Apesar de polêmica e importante, a resolução não tem caráter coercitivo, apenas recomendativo. Não há nenhuma punição prevista caso as atividades ilegais continuem a ser praticadas, mas o conselho posiciona-se claramente contrário à construção de novas habitações e alocação de novos colonos, denunciando também a magnitude dos danos causados pelas estruturas já construídas, que em breve se tornarão irreversíveis.

Mapa das áreas A, B e C com as maiores cidades da Cisjordânia

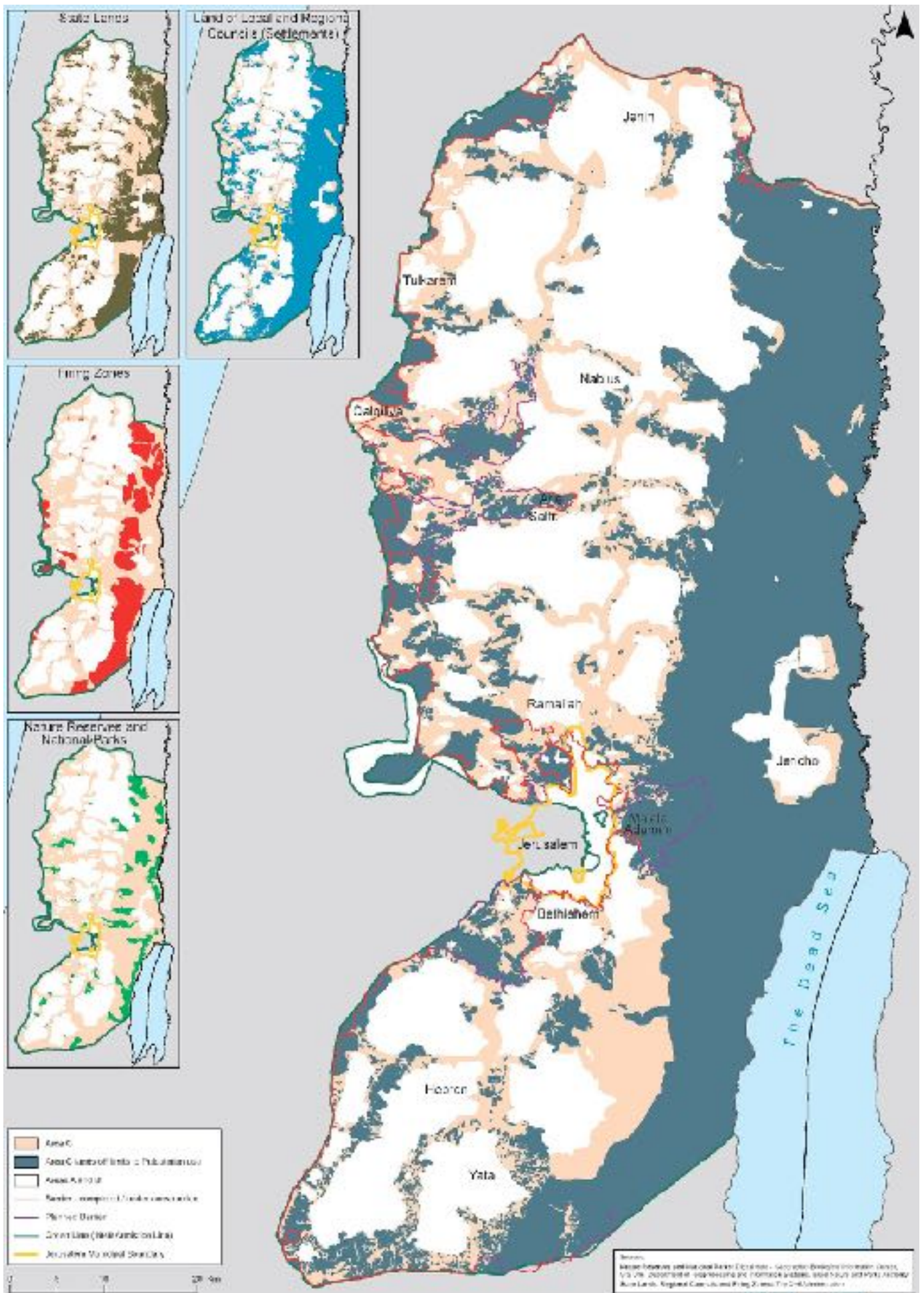
ANEXO - artigo de Mario Vargas Llosa, A lenta morte de Silwan (1/7/2016).

Ao contrário de outros bairros de Jerusalém, tão imaculadamente limpos como os de uma cidade suíça ou escandinava, o bairro palestino de Silwan, localizado no Leste e vizinho da Cidade Velha e da mesquita Al Aqsa, regurgita de lixo, poças fedorentas e resíduos. Temo que tanta sujeira não seja por acaso, e sim parte de um plano de longo prazo, para ir expulsando os 30.000 palestinos que ainda vivem aqui e substituí-los pelos israelenses.

Os colonos começaram a se infiltrar no bairro, pela área de Batan Al-Hawa, há 11 anos. O que até então parecia quase casual – grupos de famílias ultra religiosas que conseguiam se instalar em uma casa escolhida ao acaso – tomou um rumo de uma operação planejada e com um objetivo claro. Os colonos que se instalaram no bairro de Silwan pertencem a dois movimentos religiosos: Elad e Ateret Cohanim. Estão espalhados por cerca de 75 casas e não são muitos: em torno de 550. Mas, trata-se de uma cabeça de ponte que, obviamente, continuará crescendo. Um dia após minha visita ao bairro, foi anunciado que as autoridades de Israel haviam autorizado a construção de um edifício no local para abrigar novos colonos de Ateret Cohanim.

Para saber onde estão os assentamentos, basta olhar para cima: as bandeiras israelenses, tremulando na suave brisa da manhã, indicam a formação de um cerco, como nas colinas do sul de Hebron, dentro do qual todo o bairro vai ficando encarcerado.

As maneiras pelas quais estas famílias se apoderam de uma casa são diversas: alegando ter documentos antigos segundo os quais os judeus eram os proprietários; comprando o imóvel por meio de um testa de ferro árabe; hostilizando e ameaçando o ocupante para fazê-lo fugir; solicitando nos tribunais que a casa seja demolida por não ter sido construída com as licenças necessárias ou, em casos extremos, aproveitando uma viagem ou ausência dos proprietários ou inquilinos para entrar no lugar à força. Uma vez que os colonos estão dentro, o Governo israelense envia a polícia ou o Exército para protegê-los, porque, para quem possa duvidar, essas gotas de água de invasores, no meio desse mar de palestinos, correm perigo. As gotas vão se tornando córregos, lagos, mares. Os colonos religiosos que se enraizaram aqui não têm pressa: a eternidade está ao seu lado. É assim como os enclaves israelenses na Cisjordânia vão se expandindo e se transformando em um queijo gruyère; assim também vão crescendo na Jerusalém árabe.



As formas são preservadas, como no resto da nação: Israel é um país muito civilizado. Em Batan Al-Hawa, existem 55 famílias palestinas ameaçadas de expulsão, por morarem em casas sem documentos que garantam a propriedade, e 85 imóveis com ordens de demolição, porque, como de costume, foram construídos sem obter as licenças adequadas.

Quando pergunto a Zuheir Rajabi, morador e defensor palestino do bairro que me guia neste percurso, se confia na honestidade e imparcialidade dos juízes que devem decidir a respeito, ele me olha como se eu fosse ainda mais imbecil que minha pergunta. “Por acaso temos outra opção?”, responde. É um homem sóbrio, que esteve na prisão várias vezes. Tem três filhos, de 7, 9 e 13 anos. Todos foram presos pelo menos uma vez. E uma filhinha, Darín, de 6 anos, que anda agarrada em uma de suas pernas. Sua casa está cercada por dois assentamentos, e recebeu várias propostas de compra por valores superiores ao preço real. Mas diz que nunca irá vendê-la e morrerá no bairro; as ameaças de seus vizinhos não o assustam.

Pergunto se os colonos instalados em Silwan têm filhos. Sim, muitos, mas saem muito raramente e, normalmente, escoltados pela polícia, soldados ou guardas particulares que protegem os assentamentos. Penso na vida enclausurada e terrível dessas criaturas, presas nessas casas roubadas, e na de seus pais e avós, convencidos de que, cometendo tais injustiças, materializam um projeto divino e ganham o Paraíso. Claro que o fanatismo religioso não é exclusivo de uma minoria de judeus. Também são fanáticos os palestinos do Hamas e da Jihad Islâmica, que despedaçam a si mesmos detonando bombas em ônibus ou restaurantes, lançam projéteis sobre os kibutzim ou tentam esfaquear soldados ou transeuntes pacíficos, sem entender que tais crimes servem apenas para alargar o fosso, já muito grande, que separa e hostiliza ambas as comunidades.

De repente, em nossas andanças por Silwan, Zuheir Rajabi aponta um edifício de vários andares. Foi totalmente ocupado por colonos, exceto um dos apartamentos; nele permanece contra o vento e a maré uma família palestina de sete membros. Até agora, têm resistido, embora fiquem sem água, sem eletricidade, e tenham de bater na porta dos colonos para poder entrar todas as vezes que saem à rua, e, até mesmo, quando abrem as janelas, sejam bombardeados com lixo.

Enquanto conversamos, sem perceber, começamos a ser rodeados por crianças. Pergunto se algum já foi preso. O que levanta a mão tem uma expressão travessa e atrevida: “Eu, quatro vezes”. Cada vez ficou apenas um dia e uma noite; foi acusado de atirar pedras contra soldados; ele negou e negou, e acabaram acreditando, de modo que não o levaram ao tribunal. Chama-se Samer Sirhan; seu pai teve um incidente com um colono, que disparou contra ele com um revólver e lhe deixou gravemente ferido na rua. Ninguém o socorreu durante toda a noite, sangrando até morrer, ao amanhecer.

Conto essas histórias tristes, porque, acredito, dão uma ideia justa do problema mais gritante enfrentado por Israel: o dos assentamentos, a ocupação crescente dos territórios palestinos que o transformou em um país colonial, prepotente, e que tanto prejudicou a imagem positiva e até exemplar que teve por muito tempo no mundo.

Há ainda muitas coisas para admirar em Israel. Ter se transformado, pelo trabalho árduo de seus habitantes, em um país de primeiro mundo, de padrões de vida muito altos e praticamente liquidado a pobreza na sociedade israelense por meio de políticas inteligentes, progressistas e modernas. E, a façanha máxima que tem a seu crédito: ter integrado dezenas de milhares e milhares de judeus procedentes de culturas e costumes muito diversos, de línguas diferentes, em uma sociedade onde, apesar da unidade do idioma hebraico que é o denominador comum, todas convivem fraternalmente, preservando sua diversidade (se não for assim, que o digam um milhão de russos que chegaram nos últimos anos ao país).

Desde a primeira vez que vim a Israel, em meados dos anos setenta do século passado, peguei um enorme carinho por este país. Acredito que é o único lugar no mundo onde ainda

me sinto um homem de esquerda, porque na esquerda israelense sobrevive o idealismo e o amor à liberdade que têm desaparecido na esquerda em grande parte do mundo. Com dor, vi como, nos últimos anos, a opinião pública local foi se tornando cada vez mais intolerante e reacionária, o que explica que Israel tenha agora o Governo mais extremista e nacionalista-religioso de sua história, e que suas políticas sejam cada vez menos democráticas. Denunciá-las e criticá-las para mim não é só um dever moral; é, ao mesmo tempo, um ato de amor.

Jerusalém, junho de 2016.

ANEXO - Não é a “ ocupação”- Por Efraim Karsh (Ynet 23/6/2016)

A medida que o sangue secava no local do mais recente massacre em Tel Aviv, o prefeito correu para simpatizar com as razões dos terroristas. "Poderíamos ser o único país no mundo onde outra nação está sob ocupação, sem direitos civis", disse ele. "Você não pode manter as pessoas em situação de ocupação e manter a esperança de que eles vão concluir que tudo está bem". Tal prognóstico foi rapidamente seguido pelos habituais vendedores ambulantes de “esperança” de Israel.

"O terrorismo vai continuar enquanto o povo palestino não puder enxergar esperança no horizonte", argumentou um editorial do Haaretz. "A única maneira de lidar com o terrorismo é através da libertação do povo palestino da ocupação."

Mas isso foi precisamente o que Israel fez há 20 anos.

A Declaração de Princípios (Oslo I), assinado no gramado da Casa Branca em setembro de 1993 pela OLP e pelo governo de Israel - na época liderado por Itzhak Rabin - estabeleceu a autonomia palestina na Cisjordânia e na Faixa de Gaza, por um período transitório, que não deveria exceder cinco anos, durante o qual Israel e os palestinos iriam negociar um acordo de paz permanente. Em maio de 1994, Israel tinha terminado a sua retirada da Faixa de Gaza (exceto por um pequeno território contendo uma pequena quantidade de assentamentos israelenses que não “ocupavam” um assentamento palestinos sequer e que posteriormente foram evacuados em 2005) e da área de Jericó, na Cisjordânia. Em 1º de julho, o presidente da OLP, Yasser Arafat fez sua entrada triunfal em Gaza, e logo após a recém-criada Autoridade Palestina, sob a sua liderança, assumiu o controle do território.

Em 28 de setembro de 1995, apesar do fracasso abismal da Autoridade Palestina para conter atividades terroristas nos territórios sob o seu controle, os dois lados assinaram um acordo provisório complementar. No final do ano, as forças israelenses foram removidas de áreas povoadas por palestinos na Judéia e Samaria com exceção de Hebron (onde a redistribuição foi concluída no início de 1997). Em 20 de janeiro de 1996, foram realizadas eleições para o Conselho Palestino, e logo após, tanto a Administração Civil israelense como o governo militar foram dissolvidos.

"O que aconteceu ... nos territórios do Estado palestino?", perguntou o Ministro do Meio Ambiente, Yossi Sarid. "O Estado palestino já foi estabelecido", respondeu-se. Essa eufórica declaração foi profética. Enquanto o âmbito geográfico das retiradas israelenses foi relativamente limitado (as terras transferidas cresceram 30 por cento do total do território

da Cisjordânia), o seu impacto sobre a população palestina não foi nem um pouco revolucionário.

De uma só vez, Israel abandonou o controle sobre praticamente todos os 1,4 milhões de habitantes da Cisjordânia. Desde então, quase 60% deles têm vivido inteiramente sob jurisdição palestina (Área A). Outros 40% vivem em cidades, vilas, campos de refugiados e aldeias onde a Autoridade Palestina exerce a sua autoridade civil, mas em linha com os acordos de Oslo, Israel tem mantido "a responsabilidade primária pela segurança da região" (Zona B). Já 2% da população da Cisjordânia - dezenas de milhares de palestinos - ainda vivem em áreas onde Israel tem controle completo, mas mesmo lá a Autoridade Palestina mantém a sua "competência funcional" (Zona C).

Em suma, desde o início de 1996, e, certamente, após a conclusão da redistribuição a partir de Hebron em janeiro de 1997, 99% da população palestina da Cisjordânia e da Faixa de Gaza não têm vivido sob a ocupação israelense. À medida que aumentava a postura anti-Israel e anti-judaica nos meios de comunicação, o sistema escolar e de incitação religiosa palestina se desenvolveu ao longo dos anos sem a presença de uma ocupação estrangeira, que tem sido praticamente inexistente.

Isso, por sua vez, significa que a apresentação do terrorismo como uma resposta natural à ocupação não é só completamente infundada, mas na verdade o inverso é verdadeiro.

Nos dois anos e meio desde a assinatura da Declaração de Princípios até a queda do governo do partido trabalhista, em maio de 1996, 210 israelenses foram mortos - quase três vezes o número médio de mortes em comparação com os 26 anos anteriores, quando apenas um pequena fração das mortes foram causadas por terroristas da Cisjordânia ou de Gaza devido às medidas de contra insurgência eficazes tomadas por Israel, graças ao baixo nível de consciência nacional entre os palestinos e por causa da grande melhoria no padrão de vida dos palestinos sob controle israelense.

Além disso, quase dois terços das vítimas dos atentados de 1994-96 foram mortos em território israelense dentro da "Linha Verde" - quase 10 vezes mais do que o número médio de mortes em Israel nos seis anos anteriores, durante o levante palestino (Primeira Intifada).

Em setembro de 1996, um outro limite na escalada foi cruzado quando Arafat voltou a violência direta, aproveitando a abertura de uma nova saída de um túnel arqueológico sob o Muro das Lamentações, o local mais sagrado do judaísmo, o que provocou agitação generalizada e a morte de 17 israelenses e 80 palestinos. E enquanto a Autoridade Palestina pareceu esquecer-se rapidamente do problema do túnel em seu programa de propaganda, uma vez que deixou de ser útil, Arafat repetiu este precedente, em várias ocasiões, especialmente durante o lançamento da guerra terrorista iniciada em setembro 2000 (eufemisticamente chamada de "Intifada de Al-Aksa" pela mesquita de Jerusalém) - logo após ter recebido uma oferta para formalizar um estado palestino a partir da boca do primeiro-ministro Ehud Barak.

Na época da morte de Arafat, quatro anos mais tarde, sua guerra - a mais sangrenta e destrutiva entre israelenses e palestinos desde o confronto de 1948 - custou 1.028 vidas israelenses em aproximadamente 5.760 ataques: nove vezes o número médio de mortes da era pré-Oslo. Destes, cerca de 450 pessoas (ou seja, 44% das vítimas) foram mortos em ataques suicidas - uma tática quase desconhecida no contexto Israel-palestino antes de Oslo. Ao todo, mais de 1.600 israelenses foram mortos e 9.000 feridos desde a assinatura da Declaração de Princípios (Oslo I), quase três vezes o número médio de mortes durante os 26 anos anteriores.

E isto sem mencionar a entidade terrorista estabelecida na Faixa de Gaza, cujo perigo claro e óbvio para a grande maioria da população de Israel possa ser combatido por campanhas militares repetidas, mas não pode ser erradicada completamente.

Se a ocupação foi a causa do terrorismo, por que o terrorismo é escasso durante os anos de ocupação? Por que é significativamente aumentada com a perspectiva de acabar com a ocupação, e por que deriva em uma guerra aberta quando Israel fez mais concessões do

que nunca? Pelo contrário, pode-se argumentar com muito mais credibilidade que a ausência de ocupação - a retirada de Israel de uma vigilância extrema - é precisamente o que facilitou o lançamento da guerra terrorista desde o início; como vimos após a restauração parcial das medidas de segurança na Cisjordânia durante a Operação Escudo Defensivo 2002 e suas consequências (embora sem reassumir o controle sobre a vida cotidiana da população palestina lá) que pôs fim à guerra contra o terrorismo palestino.

Não é a "ocupação" que fundamenta a falta de "um horizonte de esperança", mas é a rejeição palestina do direito dos judeus de ter um estado, tal como expresso no Mandato Britânico da Liga das Nações Unidas de 1922 e na Resolução de Partilha da ONU de 1947. Enquanto essa disposição de rejeitar a presença de Israel é tolerada, e mais do que isso, incentivado, a ideia de uma paz palestino-israelense permanecerá uma quimera.

Fontes utilizadas

http://pt.wikipedia.org/wiki/Plano_da_ONU_para_a_partilha_da_Palestina_de_1947

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Linha_Verde_\(Israel\)](http://pt.wikipedia.org/wiki/Linha_Verde_(Israel))

http://lcweb2.loc.gov/frd/cs/israel/il_glos.html

Os Acordos de Oslo: Consequência e Causa das Intifadas, Trabalho de Conclusão do Curso de Relações Internacionais. Paula Hohgrawe de Aguiar. 2011

<http://www.chazit.com/cybersio/israel/hagana/seisdias.html>

<http://unispal.un.org/UNISPAL.NSF/0/7D35E1F729DF491C85256EE700686136>

<http://www.pazagora.org/>

OCHA - <http://www.ochaopt.org/maps.aspx?id=96&page=4>

Teresa Perosa: A leste de Jerusalém Palestinos e israelenses disputam casa a casa o lado oriental da Cidade Santa. Revista Época, 2013.

http://www.ochaopt.org/documents/ocha_opt_area_c_map_January_2013_english.pdf

http://www.ochaopt.org/documents/ochaopt_atlas_opt_general_december2011.pdf

What's the issue with Borders? Habonim Dror South Africa - <http://habo.org.za/s/content/so-whats-issue-borders>

http://www.btselem.org/download/area_c_blocked_to_palestinian_use_full_eng.pdf

http://brasil.elpais.com/brasil/2016/07/01/internacional/1467382717_204818.html

Birth of The Palestinian Refuge Problem, Benny Morris - <http://larryjhs.fastmail.fm.user.fm/The%20Birth%20of%20the%20Palestinian%20Refugee%20Problem%20Revisited.pdf>

<http://www.conexaoisrael.org/para-que-mais-assentamentos/2015-04-29/clauidodaylac>

<http://www.jpost.com/Opinion/It-is-not-the-occupation-457398>

<https://www.haaretz.com/israel-news/.premium-understanding-the-un-resolution-what-will-the-immediate-ramifications-be-1.5477920>

<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-38244129>